

FACULDADE UNINA
CURSO DE PEDAGOGIA

ROSELI STADLER

**A FEMINIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE E A IDENTIDADE DA PROFESSORA DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**

CURITIBA

2022

ROSELI STADLER

**A FEMINIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE E A IDENTIDADE DA PROFESSORA DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de
Licenciatura em Pedagogia da
Faculdade UNINA

Orientadora: Prof.^a Dra. Soeli T.
Pereira

CURITIBA, 2022

FACULDADE UNINA

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 08/07/2022, reuniu-se a banca para a defesa do trabalho de conclusão de curso de Pedagogia da acadêmica: Roseli Stadler, intitulada: **A FEMINIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE E A IDENTIDADE DA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**. A banca examinadora, sob a presidência da Prof.^a Dra. Soeli Terezinha Pereira, foi constituída pelas professoras Dra. Yara Rodrigues de la Iglesia e Me. Chrizian Karoline Oliveira. Após exposição oral, a candidata foi arguida pelos componentes que analisaram o trabalho e decidiram pela sua **APROVAÇÃO** com a nota **95**. Para constar foi lavrada a presente Ata que depois de lida e aprovada vai assinada pelo presidente da banca, membros da banca e o/a acadêmico/a.

Observações: _____

Prof.^a Dra. Soeli Terezinha Pereira

Prof.^a Dra. Yara Rodrigues de la Iglesia

Prof.^a Me. Chrizian Karoline Oliveira

Roseli Stadler

Curitiba 08 de julho de 2022.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho.

Ao meu esposo, que me incentivou nos momentos difíceis e compreendeu a minha ausência e meu nervosismo enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

À professora Soeli, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos professores, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

Aos meus colegas de turma, por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado.

À Faculdade UNINA, essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso.

Dedico esse trabalho à minha mãe, por nunca ter medido esforços para me proporcionar um ensino de qualidade durante todo o meu período escolar.

Ao meu esposo, pelo companheirismo, pela cumplicidade e pelo apoio em todos os momentos delicados da minha vida.

À minha orientadora, que conduziu o trabalho com paciência e dedicação, sempre disponível a compartilhar todo o seu vasto conhecimento.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar a feminização da profissão docente na construção da identidade profissional da professora de educação infantil e os desafios da profissão. A questão norteadora desse estudo foi diante da feminização da profissão docente quais os desafios para a identidade da professora que atua na educação infantil? Para responder a essa questão a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica. Foram analisados fatores em torno da feminização do trabalho docente a sua influência nos desafios para as professoras de educação infantil. Para isso, se fez necessário conhecer o histórico da educação infantil, quais foram os caminhos percorridos e quais as principais leis e normativas que amparam a educação infantil como um direito fundamental das crianças. O magistério é visto como uma profissão feminina, onde os atributos designados às mulheres são vistos como essenciais para a docência, sendo também uma das primeiras profissões a serem aceitas pela sociedade para as mulheres, sendo muitos os aspectos históricos e sociais que explicam essa trajetória do magistério no Brasil. As professoras têm um papel muito importante na educação infantil, etapa essa em que o cuidar e o educar caminham juntos, com muitos desafios. Mediante a pesquisa realizada concluiu-se que a docência é vista como uma profissão feminina e que na educação infantil, devido ao histórico da feminização docente, esse fato é ainda mais presente do que em outras etapas da educação básica. Tal evidência pode ter como consequência o não reconhecimento da identidade profissional das professoras que atuam na educação infantil, o que implica em não ter a mesma valorização do que outras/os professoras/es que atuam em outras etapas educacionais, sendo vistas como tias, nem sempre consideradas como profissionais competentes e que estão na profissão devido à sua formação. Desse modo, entende-se que as professoras têm direito à formação inicial e continuada de qualidade, ao reconhecimento e valorização da sua atuação profissional e às condições adequadas para o exercício da docência desde a creche.

Palavras-chave: História da educação infantil. Feminização do trabalho docente. Docência na educação infantil.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the feminization of the teaching profession in the construction of the professional identity of the early childhood education teacher and the challenges of the profession. The guiding question of this study was in the face of the feminization of the teaching profession, what are the challenges for the identity of the teacher who works in early childhood education?. To answer this question, factors around the feminization of teaching work and its influence on the challenges for early childhood teachers were analyzed. For this, it was necessary to know the history of early childhood education, what were the paths taken and what are the main laws and regulations that support early childhood education as a fundamental right of children. Teaching is seen as a female profession, where the attributes assigned to women are seen as essential for teaching, being also one of the first professions to be accepted by society for women, with many historical and social aspects that explain this trajectory of teaching. teaching in Brazil. Teachers play a very important role in early childhood education, a stage in which caring and educating go hand in hand, with many challenges. Through the research carried out, it was concluded that teaching is seen as a female profession and that in early childhood education, due to the history of teacher feminization, this fact is even more present than in other stages of basic education. Such evidence may result in the non-recognition of the professional identity of teachers who work in early childhood education, which implies not having the same appreciation as other teachers who work in other educational stages, being seen as aunts , not always considered as competent professionals and who are in the profession due to their training. In this way, it is understood that teachers have the right to quality initial and continuing education, recognition and appreciation of their professional performance and adequate conditions for the exercise of teaching from daycare.

Keywords: History of early childhood education. Feminization of teaching work. Teaching in early childhood education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	11
2. FEMINIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	16
2.1 A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:O PAPEL DA PROFESSORA DE BEBÊS E DAS CRIANÇAS PEQUENAS, O CURRÍCULO E AS PRÁTICAS COTIDIANAS.....	20
3. DESAFIOS ATUAIS DA PROFISSÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	28
CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	35

INTRODUÇÃO

A educação infantil é o início da jornada escolar da criança, sendo um direito da criança e da família, primeira etapa da educação básica e que deve ser ofertada em Instituições preparadas para este atendimento, a ser realizado por profissionais capacitados e com formação adequada a partir da legislação educacional vigente. (BRASIL, 1988; 1996; 2009). É uma etapa educacional muito especial que exige muito das professoras¹, das famílias, da sociedade e dos órgãos governamentais. Porém, historicamente, a educação infantil no Brasil foi alicerçada em bases assistencialistas, sendo relativamente recentes² os documentos, portarias, leis, entre outros que regulamentaram e tornaram a educação infantil a primeira etapa da educação básica, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/1996 (LDB 9394/1996). A visão assistencialista da educação infantil impacta até hoje na feminização e desvalorização dos profissionais docentes que atuam, principalmente, na educação infantil. (OLIVEIRA, 2018).

A feminização da profissão docente tem muitos aspectos históricos e sociais, desde a aceitação da entrada da mulher no mercado de trabalho ao “machismo estrutural” da sociedade brasileira, as mulheres, em sua maioria, passaram a se dedicar ao magistério, uma das poucas profissões que esse sexo poderia exercer, um contexto reforçado pelo preconceito e carregado de estereótipos acerca do trabalho feminino. (CASTRO, 2014).

Diante do exposto, ressalta-se que a identidade profissional da professora de educação infantil é o tema desse estudo e a pergunta que orienta esta pesquisa pode ser assim descrita: diante da feminização da profissão docente quais os desafios para a identidade da professora que atua na educação infantil? Para responder esta questão, definimos como objetivo geral: analisar a feminização da profissão docente na construção da identidade profissional da professora de educação infantil e os desafios da profissão. A partir deste objetivo, foram definidos como objetivos específicos: a) conhecer o histórico da educação infantil no Brasil;

¹Ao longo deste trabalho a opção é pela utilização do gênero feminino, devido à predominância de mulheres na profissão docente na educação infantil (ZIBETTI, 2007).

²Esse período é de cerca de três décadas, tendo como um marco a promulgação da Constituição Federal de 1988, a partir dessa Constituição, creche e pré-escola foram incluídas no sistema educacional.

b) refletir sobre a feminização da profissão docente na educação infantil; c) compreender o papel da professora de bebês e crianças pequenas na educação infantil; d) compreender a formação e atuação docente frente ao currículo da educação infantil, seus eixos estruturantes e as práticas cotidianas; e) identificar os desafios atuais da profissão docente na educação infantil diante da feminização do trabalho docente.

A feminização da profissão docente, como um dos aspectos que influenciou a identidade das profissionais, é sempre um tema relevante a ser abordado nas pesquisas no âmbito da educação infantil, principalmente no que se refere ao cuidar e ao educar os bebês e as crianças pequenas. Conforme mencionado, a partir da literatura se evidencia que tal feminização, envolta em aspectos como o machismo estrutural da sociedade, está diretamente relacionada à construção da identidade da professora de educação infantil, a partir da ideia de que, como as mulheres são mães e cuidam da casa, a docência pode ser um papel complementar à da maternidade. Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, o magistério passou a ser uma das poucas profissões aceitas para as mulheres. A exigência de formação das professoras, a elaboração de currículos específicos para a educação infantil, o direito das crianças a educação em sua formação integral, Leis, Portarias, Decretos, Resoluções, entre outros, que garantem esse direito às crianças são, de certa forma, recentes na história da educação do Brasil.

A partir da CF/1988 a educação infantil passou a ser um dever do Estado e um direito da criança. Já com a concepção de infância que considera a criança como um ser histórico e social, a educação infantil passou a fazer parte da área da educação, superando seu aspecto assistencialista. A creche e a pré-escola são finalmente reconhecidas e integradas ao sistema educacional brasileiro. (RAU, 2012).

A educação infantil- creche e pré-escola - é a primeira etapa da educação básica, onde as crianças passam boa parte do seu dia e dependem muito das profissionais que ali atuam e é nessa etapa que o seu desenvolvimento integral deve ser incentivado. A professora que atua na educação infantil tem tantos desafios ou mais do que em outras etapas educacionais, pois além do seu papel nas questões pedagógicas que envolvem o educar, a profissional também se dedica à dimensão

do cuidado das crianças. Sendo assim, se considera como pertinentes as pesquisas acerca dessa etapa educacional.

O interesse em pesquisar a feminização da profissão docente, sua influência na identidade profissional e os desafios da docência na educação infantil deu-se por meio da percepção de que a grande maioria das profissionais são mulheres. Portanto, surgiu a curiosidade de entender historicamente o que leva o magistério a ser uma profissão entendida como de atuação feminina, com ênfase na educação infantil. A infância é um momento muito importante da vida das crianças, com muitas descobertas, sendo assim a profissional que escolhe essa etapa da docência necessita de saberes teóricos e práticos sobre o desenvolvimento infantil.

Esta pesquisa foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico realizado a partir das palavras-chave: História da educação infantil; Feminização do trabalho docente e Docência na educação infantil dos objetivos específicos, no qual foram utilizados e analisados livros, periódicos, artigos, teses de doutorado e dissertações de mestrado de autores como: Moysés Kuhlmann Jr. (2001), Simone Santos de Albuquerque (2017), Luciana Vellinho Corso (2017), Jane Soares Almeida (1996; 1998), Márcia Baiersdorf Araújo (2010), Teresa Lleixà Arribas (2004), Ivone Garcia Barbosa (2014), Mariluce Bittar (2003), Fernanda Francielle de Castro (2014), Bianca Cristina Correa (2002), Vital Didonet (2001), Maria Carolina Duprat (2014), Maria Nazaré da Cruz (1997), Paulo Freire (1997, 2015), Guaci Lopes Louro (2014), Tizuko Morshida Kishimoto (2006), Sônia Kramer (1982) Moysés Kuhlmann Jr (2001), Jaqueline Cristina Massucato (2012), Heloísa Helena Oliveira de Azevedo (2012), Sarah de Lima Mendes (2015), Maria Eliana Novaes (1991), Raiza Fernandes Bessa de Oliveira (2018), Zilma de Moraes Ramos de Oliveira (1992), Jaqueline Delgado Paschoal (2009), Maria Cristina Trois Dornelles Rau (2012), Joana Paulin Romanowski (2007), Kátia Cristina Dambiski Soares (2012), Cláudia Pereira Vianna (2013), Manuel Jacinto Sarmiento (2007), Karyn Liane Teixeira (2018), Marli Lúcia Tonatto Zibetti (2007), dentre outras/os.

O trabalho estrutura-se em três capítulos. No primeiro capítulo é apresentado um breve histórico da educação infantil e quais as principais leis e normativas que a amparam como um direito fundamental das crianças. O segundo capítulo traz uma abordagem sobre a feminização da profissão docente, quais os principais aspectos e o papel das professoras de bebês e das crianças pequenas na educação infantil. E

no terceiro capítulo são abordados os desafios da profissão docente frente ao currículo da educação infantil e aos saberes inerentes à atuação da professora.

Ressalta-se que esta pesquisa, de caráter bibliográfico, não tem por intencionalidade esgotar o tema, o que exigiria a utilização de outra metodologia e instrumentos de pesquisa, mas sim, lançar questões e reflexões a partir da pergunta norteadora e que podem ser objeto de atenção em outros trabalhos.

1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é um momento muito importante na vida de uma criança, é quando seu processo de aprendizagem, desenvolvimento e socialização se intensifica, o seu mundo é ampliado. Mas nem sempre foi assim. A criança foi por muito tempo vista como um miniadulto, até suas vestimentas eram como a dos adultos.

As crianças sempre existiram, mas a ideia de infância surge no contexto da Modernidade. (SARMENTO, 2007). O interesse histórico pela infância é recente, o que havia eram menções em documentos, diários, testamentos, etc, da presença das crianças no passado. Segundo Kramer,

A ideia de infância não existiu sempre e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (de adulto) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa, ela passava a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade. (KRAMER, 1982, p.18).

No Brasil, a história da educação infantil acompanha o que aconteceu no mundo, porém com características próprias. Historicamente, a educação infantil brasileira foi baseada no cuidar, com bases assistencialistas. (KUHLMANN, 2001). Ao final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, havia um alto índice de mortalidade infantil, desnutrição, acidentes domésticos, isso levou educadores, religiosos e empresários a pensarem em um local para cuidar dessas crianças. (PASCHOAL, 2009). As mães operárias também necessitavam de um lugar para deixar seus filhos, ou mesmo as viúvas desamparadas. Foi com essa preocupação “[...] que a criança começou a ser vista pela sociedade com um sentimento filantrópico, caritativo, assistencial e que começou a ser atendida fora da família.” (DIDONET, 2001, p. 13).

A educação infantil, por ter seu início vinculado ao assistencialismo, muitas vezes até filantrópico, atrasou a preocupação em se pensar políticas públicas para essa área. (SOARES, 2017).

Com a chegada dos imigrantes europeus no Brasil, os movimentos operários ganharam força, e uma das reivindicações era a criação de instituições de educação e cuidados para as crianças, outros fatores foram o processo de implantação da industrialização, a mão-de-obra feminina no mercado de trabalho. (PASCHOAL, 2009). A criação de instituições que cuidavam dos filhos dos operários agradou os dois lados: mães e empresários.

O fato de os filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternais e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor. (OLIVEIRA, 1992, p. 18).

Em meados da década de 1930, começaram a serem criados os primeiros jardins de infância e começou-se a valorizar a formação de professores para a educação infantil.

Na década de 1940, o atendimento às crianças não era vinculado à educação, mas voltada para a área da saúde, no combate à mortalidade infantil, com predomínio de práticas higienistas, de puericultura, com a presença de entidades filantrópicas nesses espaços. (MENDES, 2015).

Segundo Didonet (2001), a Consolidação das Leis do Trabalho (1943) determinou que empresas com mais de 30 mulheres trabalhadoras deviam ter um local para as crianças que ainda eram amamentadas. As crianças passaram a ser atendidas em suas necessidades básicas, esses arranjos foram pensados para a população empobrecida, que não tinha condições de cuidar de seus filhos enquanto trabalhavam. “Enquanto as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse.” (DIDONET, 2001, p.13). Essas creches tinham de ser em tempo integral, gratuitas ou cobrar pouco, eram espaços para filhos de operárias de baixa renda, esses espaços zelavam pela saúde, ensinavam hábitos de higiene e alimentação das crianças. (DIDONET, 2001). A educação das crianças continuava a cargo das famílias.

Até a década de 1970 não houve grandes avanços na legislação brasileira para garantir a oferta educacional das crianças até seis anos de idade. Nessa mesma época vários fatores sociais contribuíram pelos direitos da educação pré-escolar e estudos nas áreas da psicologia e da educação mostravam o quanto são importantes os primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil (MENDES,

2015). Mudando de um foco assistencialista para um pensamento educacional e pedagógico. Nesse sentido, Corrêa (2002) descreve:

O final dos anos 1970 e os anos 1980 foram marcados pela forte discussão acerca do papel das instituições de educação infantil: o meio acadêmico fez severas críticas às teorias de privação cultural e ao caráter compensatório – ou preparatório - que a pré-escola teria e os movimentos organizados da sociedade civil, bem como os profissionais da área, passaram a defender o que entendiam ser um caráter ‘educacional ou pedagógico’ para as instituições, contrapondo-se ao que então se via como meramente “assistencial”, tanto nas creches quanto nas pré-escolas públicas. (CORRÊA, 2002, p. 17).

Na década de 1980, muitos setores da sociedade, organizações não governamentais, estudiosos na área da infância, população civil, entre outros, começaram uma mobilização com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança a ter qualidade de ensino desde o nascimento. (PASCHOAL, 2009).

No ano de 1988 houve a pressão de vários setores da sociedade com o intuito de assegurar na Constituição “[...] os princípios e as obrigações do Estado com as crianças”. (BITTAR, 2003, p. 30). Sendo garantido o direito à educação e aeducação infantil como um direito da criança e também das famílias trabalhadoras. A educação infantil trilhou um longo caminho para ser entendida como algo essencial à criança, um direito, por meio do qual as crianças possam ser atendidas na perspectiva do seu desenvolvimento integral, nas dimensões física, social, cultural, afetiva e cognitiva. A inclusão da creche e pré-escola no sistema educacional foi garantida na CF/1988, em seu artigo 208, no inciso IV: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.” (BRASIL, 1988).

A Educação Infantil ganhou destaque nas políticas públicas brasileiras sendo reconhecida formalmente como a primeira etapa da Educação Básica na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, entre outros documentos e normas. (BARBOSA et al., 2014, p. 506).

A educação infantil passou a ser parte da educação básica, com um trabalho pedagógico a ser desenvolvido nessa etapa, assim como nas etapas seguintes,

esse trabalho deve ser intencional e planejado, visando ao desenvolvimento integral das crianças.

Muitas conquistas ocorreram desde a LDB 9394/1996 para as políticas de educação infantil no Brasil - as primeiras diretrizes em 1999; o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), de 1998, vários programas para o atendimento em condições de qualidade, a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) - Resolução nº 5, de 17 de Dezembro de 2009. (BRASIL, 1998; 1999; 2009). E uma grande produção de documentos orientadores, conforme o descrito no quadro 1.

A educação infantil tem sido um campo vasto de estudos, pesquisas, que cada vez mais tem contribuído pelo direito à educação das crianças. A Coordenação de Educação Infantil (COEDI), vinculada à Secretaria de Educação Básica do MEC até o ano de 2016, produziu importantes publicações, debates e pesquisas sobre Educação Infantil e infâncias, formação docente e políticas públicas para as crianças de zero a seis anos. (ALBUQUERQUE; FELIPE; CORSO, 2017). No quadro a seguir seguemos documentos que alicerçaram ao longo de mais de duas décadas as ações no campo da educação infantil no Brasil:

QUADRO 1 – DOCUMENTOS QUE ALICERÇAM AÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

DOCUMENTOS	ANO
Política Nacional de Educação Infantil	1994
Por uma Política de Formação do Profissional de Educação Infantil	1994
Educação Infantil no Brasil: Situação atual	1995
Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças	1995/2009
Educação Infantil: Bibliografia anotada	1995
Propostas Pedagógicas e Currículo em Educação Infantil	1996
Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil (Volume I e II)	1998
Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil(Volumes 1 a 3)	1998
Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil	2006/ 2008
Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Volumes I e II)	2006
Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação	2008
Indicadores da Qualidade na Educação Infantil	2009
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	2009
Brinquedos e Brincadeiras nas Creches. Manual de Orientação Pedagógica	2012
Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial	2012
Oferta e Demanda de Educação Infantil no Campo	2012
Diretrizes em ação - Qualidade no dia a dia da Educação Infantil	2015
Avaliação da Educação Infantil a partir da avaliação de contexto	2015

Fonte: ALBUQUERQUE, FELIPE e CORSO, 2017, p. 12-13

Pesquisas, estudos e elaboração de documentos são importantíssimos para que cada vez mais a educação infantil consolide seu lugar na educação de nosso país. Um outro grande marco ocorreu no ano de 2009, com a Emenda Constitucional n.º 59, de 11 de novembro. (BRASIL, 2009). Que amplia a obrigatoriedade da matrícula da educação básica, não sendo mais restrita ao ensino fundamental, agora abrangendo a educação infantil: “A obrigatoriedade da matrícula, com a publicação dessa emenda, tem início aos 4 (quatro)anos de idade, impondo que o poder público garanta vaga em instituições educativas para todas as crianças a partir dessa idade.” (BRUEL, 2010, p.133). Apesar da obrigatoriedade de matrícula a partir da pré-escola, o direito à educação infantil é de todas as crianças desde que nascem, considerando o dispositivo constitucional e a LDB 9394/1996 quanto ao direito à educação de todos e todas ao longo da vida e a garantia de oferta de creche e pré-escola.” (BRASIL, 1988; 1996).

Além da garantia da matrícula, as crianças que ingressam na educação infantil, a partir dos princípios do ensino declarados na CF/1988 e na LDB 9394/1996, devem ter seus direitos assegurados a uma educação com padrão de qualidade. (BRASIL, 1988; 1996). E que considere os aspectos físicos, afetivos, cognitivos, culturais e sociais.

A concepção de educação infantil nas DCNEI é vista como:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2009).

É dever do Estado garantir o acesso a educação infantil de todas as crianças, de forma gratuita e de qualidade sendo um direito de todas as crianças.

2. FEMINIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Quem nunca se deparou com uma mãe chegando na creche para deixar o seu filho e dizendo “vai com a tia, a mamãe logo volta”. Historicamente, o magistério foi visto como uma formação principalmente para as mulheres, uma complementação à natureza feminina de ser mãe. Ainda hoje ouvimos a expressão “tia” para as professoras, principalmente para as que trabalham na educação infantil. Esse termo está atrelado a essa visão feminina da profissão, o magistério foi designado para as mulheres. Para Araújo:

O ofício de professora foi visto por muito tempo como um sacerdócio ou uma tábua de salvação para mulheres que não encontraram no casamento uma opção de vida, daí se dedicarem na docência aos seus “filhos postíços”, segundo o estereótipo da “professora solteirona” ou da “tia”. (ARAÚJO, 2010, p. 48).

Essa é uma das razões do termo “tia” estar tão enraizado na cultura. Quando a mulher começou a lutar por seus direitos, o direito de poder trabalhar e ter seu salário, uma das primeiras opções foi o de atuar como professora, cuidar das crianças para outras mães também trabalharem. Quando a sociedade e as famílias utilizam o termo “tia” ao invés de professora, estão de certa forma desqualificando a profissional que ocupa o cargo de professora, pois ela estudou, teve uma formação para ali atuar. Ela não é “tia” dos alunos, é uma profissional capacitada, nesse sentido Paulo Freire, educador brasileiro que é uma das maiores referências para a área da educação, afirma:

A professora pode ter sobrinhos e por isso é tia da mesma forma que qualquer tia pode ensinar, pode ser professora, por isso, trabalhar com alunos. Isto não significa, porém, que a tarefa de ensinar transforme a professora em tia de seus alunos da mesma forma como uma tia qualquer não se converte em professora de seus sobrinhos só por ser tia deles. Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa militância, certa especificidade no seu cumprimento enquanto ser tia é viver uma relação de parentesco. Ser professora implica assumir uma profissão enquanto não se é tia por profissão. (FREIRE, 1997, p. 9).

A feminização do magistério historicamente tem a ver com o fato das mulheres buscarem uma profissão, deixando de ser apenas mãe, esposa e dona de

casa, a docência foi uma opção aceita pela sociedade para as mulheres, sendo um dos primeiros trabalhos a ser oferecido a elas, para Vianna:

Podemos então lembrar que se trata de um dos primeiros campos de trabalho para mulheres brancas das chamadas classes médias, estudiosas e portadoras de uma feminilidade idealizada para essa classe, mas também protagonistas da luta pelo alargamento da participação feminina na esfera econômica. (VIANNA, 2013, p.164).

Na visão da sociedade a educação das crianças estava atrelada à maternidade, ao gênero feminino, à afetividade, à paciência, ao cuidar, ao amor e que seriam essas as características femininas compatíveis com a docência. “O magistério precisa, pois, tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, etc.” (LOURO, 2014, p. 100). Tais atributos foram constituindo a identidade profissional das mulheres que atuavam na educação infantil, uma vez que o magistério ainda era considerado uma ocupação para as mulheres, não como uma profissão, mas algo para fazerem antes de cumprirem o que era entendido como o seu verdadeiro papel na sociedade, que era a missão de ser esposa e mãe, o magistério era um trabalho aceitável para moças solteiras ou viúvas. (ZIBETTI, 2007). O magistério, entendido como um prolongamento das atividades maternas passa a ser visto como ocupação essencialmente feminina e, por conseguinte, a única profissão plenamente aceita pela sociedade, para a mulher. (NOVAES, 1991, p. 22).

A mulher não era mais apenas “do lar”, agora poderia ter um ofício remunerado e que era condizente com sua condição de mulher, aceito pela sociedade, com o status de missão ou vocação.

[...] ser professora representava um prolongamento das funções domésticas e instruir e educar crianças, sob o mascaramento da missão e da vocação inerentes às mulheres, significava uma maneira aceitável de sobrevivência, na qual a conotação negativa com o trabalho remunerado feminino esvaía-se perante a nobreza do magistério. (ALMEIDA, 1996, p.74).

Diante dessa nobreza da profissão, imaginando-se que as mulheres eram professoras por amor, por serem mulheres, significava que não havia a necessidade de salários no mesmo nível dos homens.

Entretanto, essa desvalorização, esse “deixar” que as mulheres tivessem uma profissão, foi o ponto de partida para exercer outros papéis além de ser esposa e

mãe, e foi um importante passo para a sua profissionalização, independência financeira, algo que foi sendo construído ao longo dos anos, perdurando até os dias atuais.

Para as professoras primárias do começo do século, o magistério foi o ponto de partida, foi o possível no momento histórico em que viveram. Significou o trânsito do invisível para a visibilidade e a realização de alguma coisa, que não o pouco prestigiado serviço doméstico. [...] que conquista poderia ser melhor? O magistério era o trabalho intelectual e assalariado sem conotação pejorativa, era o estatuto conferido pelo conhecimento e pelo uso da inteligência. Tinha o poder de conceder uma palavra abalizada num meio ignorante. Conferia mobilidade social, mais liberdade pessoal e respeito entre as classes trabalhadoras. Possibilitava bem-estar econômico e pessoal. (ALMEIDA, 1998, p. 211).

O magistério, predominantemente feminino, ainda não tem uma valorização compatível com a sua importância na sociedade, visto pelos salários das professoras de educação infantil, que quando comparados com os de professores do ensino médio ou superior ainda está bem abaixo e quando a comparação é em relação ao gênero, os homens também estão mais presentes no ensino médio e superior. Ressalta-se que, em relação à desigualdade salarial entre homens e mulheres que atuam na docência, em sua pesquisa Vilarinhos aponta que no ano de 2015, de forma geral, as mulheres recebiam, em média, salários 24% menores do que os homens. (VILARINHOS, 2019, p. 17).

Segundo Vianna “[...] encontramos mais homens exatamente nos níveis e modalidades de ensino que ainda oferecem maior remuneração e usufruem mais prestígio.” (2013, p.167).

É fato que as mulheres são maioria na Educação Básica – como dito anteriormente – mas a ampla presença feminina chancela nas políticas públicas o que temos de pior em termos de discriminação de gênero: o rebaixamento salarial e o desprestígio social presentes nas profissões femininas também marcam as distintas etapas da Educação Básica, nas diferentes regiões do Brasil. (VIANNA, 2013 p. 168).

A feminização do magistério está enraizada nos estereótipos que a sociedade perpetua em relação ao gênero, o homem é visto como o racional, as mulheres dóceis, emotivas, ficando, então, para as mulheres funções como alimentação, maternidade, educação, atividades essas consideradas inferiores quando comparadas aos homens. (VIANNA,2013). Essa evidência tem sido um dos fatores

que revelam a desvalorização da identidade profissional das professoras da educação infantil, como se para atuação com bebês e com crianças pequenas não fossem necessários outros saberes, além daqueles voltados ao afeto e ao cuidado.

2.1 A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O PAPEL DA PROFESSORA DE BEBÊS E DAS CRIANÇAS PEQUENAS, O CURRÍCULO E AS PRÁTICAS COTIDIANAS

A infância é um período muito rico e importante para as crianças, é um mundo de descobertas, de aprendizagens, de investigações e construção de conhecimentos sobre si mesmas e sobre o mundo. Os bebês e as crianças pequenas da educação infantil precisam vivenciar experiências que impulsionem o seu desenvolvimento de forma integral, em todos os seus aspectos: social, cultural, físico, cognitivo e afetivo, e esse é o papel da professora. Neste trabalho estão indicados alguns aspectos essenciais no trabalho docente na educação infantil e que se relacionam ao currículo dessa etapa educacional. Contudo, o seu aprofundamento poderá ser considerado em outras pesquisas.

Entende-se que, nesse momento da vida das crianças em que acessam a educação infantil, as interações, o brincar e as brincadeiras, a ludicidade e os jogos, são essenciais para o seu desenvolvimento. As professoras que atuam com as crianças pequenas devem se apropriar da importância do brincar, dos jogos, das brincadeiras, não há aprendizagem sem a ludicidade na educação infantil e a professora tem que ter em sua formação, em sua práxis pedagógica o lúdico como base.

As brincadeiras, a ludicidade, permitem à professora conhecer os bebês e as crianças pequenas e, por meio, da observação atenta e da escuta sensível será possível conhecê-los, perceber suas habilidades, potencialidades, interesses, dificuldades, angústias, mas, para que isso possa ocorrer, a professora precisa planejar com intencionalidade os jogos e brincadeiras, observá-los e as suas atitudes e, quando necessário, intervir.

Por meio da observação, o professor pode perceber carências emocionais, manifestações agressivas, limitações motoras, preconceitos e até dificuldades na resolução de problemas ou na socialização. Fazer registros durante a brincadeira também é importante para que o professor tenha um apanhado de informações e possa pensar em estratégias para suprir essas deficiências. (TEIXEIRA, 2018, p. 147).

Pode ocorrer também que o jogo ou a brincadeira não tenha o resultado esperado, sendo preciso que a professora mude de estratégia, busque novos

direcionamentos, a professora precisa repensar o que não deu certo naquela turma, reavaliar seus objetivos e ver o que melhor se adequa para aqueles alunos, a ludicidade não é apenas levar uma brincadeira ou um jogo para a sala de aula, requer uma professora que conheça teoricamente esses conceitos, que busque o que for mais adequado aquele momento ou aqueles alunos. A profissão docente é feita de erros e acertos, de reflexões, de autoavaliação, de estudos contínuos.

A prática pedagógica por meio da ludicidade não pode ser considerada uma ação pronta e acabada que ocorre a partir da escolha de um desenvolvimento de jogo retirado de um livro. A ludicidade na educação requer uma atitude pedagógica por parte do professor, o que gera a necessidade do envolvimento com a literatura da área, da definição de objetivos, organização de espaços, da seleção e da escolha de brinquedos adequados e o olhar constante nos interesses e das necessidades dos educandos. (RAU, 2012, p.30).

O papel das professoras também é estar em busca de formação continuada, estar comprometida em suas ações pedagógicas, tudo isso faz parte do educar e do brincar na educação infantil. Contudo, a formação continuada deve ser oportunizada pelas instituições educacionais em articulação aos saberes da formação inicial, como previsto nas bases legais acerca da formação profissional. A Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020. (BRASIL, 2020). Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da educação básica, em consonância com a Meta 16 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, que, em seu art. 7º define:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração para “formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da Educação Básica, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”. (BRASIL, 2020).

A formação na carreira docente é um processo contínuo, pois a educação é dinâmica e provoca reflexões, portanto a professora deve acompanhar esse processo de mudanças e pensamentos, na busca de novos conhecimentos, novos desafios e novas conquistas. Destaca-se que, em seu papel junto aos bebês e crianças pequenas, através do afeto ela também cria laços de múltiplas aprendizagens. Nas palavras de Romanowski:

Uma das características fundamentais da profissão docente é acreditar na educabilidade de seus alunos. A maioria dos professores considera muito importante gostar do que faz, ou seja, além do conhecimento, essa profissão envolve sentimentos. Além disso, a educação como prática social incorpora significado social para essa profissão. Implica compromisso, cientificidade, coletividade, competência e comunicabilidade. Torna-se inadmissível um professor realizar o ensino mecanicamente. (ROMANOWSKI, 2007, p.17).

O papel que a professora desempenha vai muito além do desenvolvimento de atividades pedagógicas, do cuidar e do educar, pois ela deve ser comprometida com as/os educandas/os, com a profissão que escolheu, pois o caminho não é fácil, nem sempre há o reconhecimento mínimo que essa profissão merece. Porém, ser professora também é gratificante quando se pensa em todo o processo de aprendizagens, desenvolvimento e nas conquistas dos bebês e das crianças pequenas e, para tanto, ela precisa estar apta a desenvolver suas funções, entender o universo infantil e suas necessidades, segundo Cartaxo:

- A formação do profissional de educação infantil deve ser orientada pela concepção de desenvolvimento infantil, a fim de que tal profissional possa compreender a criança.
- Ela deve ter subsídios e orientações para uma prática que o envolva em uma participação ativa como sujeito mediador.
- É um profissional que deve aprender como as crianças pensam, sentem, expressam suas ideias e resolvem situações do cotidiano.
- Deve exercitar a escuta do repertório infantil como ponto de partida para a organização da sua prática pedagógica. (CARTAXO, 2013, p. 61-62).

Desse modo, a profissional docente deve ter em mente a importância de sua profissão e entender as concepções de desenvolvimento infantil, que é o mediadora do processo educativo, que é aquela com quem a criança passa boa parte de seu dia. A professora desenvolve uma relação de afeto e essa relação afetiva tem muitas influências no aprendizado.

A base da educação infantil está relacionada com o cuidar e o educar. A palavra educar não pode ser vista apenas como um depositar informações nem a transmissão de conhecimentos, mas como uma mediação de conhecimentos entre a profissional docente e a criança, como um ato de educar baseado no afeto. O cuidar não pode ser apenas um ato mecânico de um profissional habituado com suas tarefas, mas sim como um ato que envolve carinho, preocupação com o bem-estar

da criança. O ato de cuidar envolve o ato de brincar, o professor cuida e brinca ao mesmo tempo.

A criança aprende brincando, é o exercício que faz desenvolver suas potencialidades. Assim, um currículo pensado para a educação infantil, segundo as DCNEI é o:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2009).

Em consonância com essa concepção de currículo e que deve considerar os saberes das crianças, a proposta pedagógica da instituição vem para orientar e definir as práticas cotidianas, o que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças. A proposta pedagógica de uma instituição é elaborada em um processo coletivo, como corpo docente, direção e comunidade escolar. A concepção de criança, o seu desenvolvimento integral, todas as ações que envolvem diferentes linguagens com o intuito de promover aprendizagens, devem constar na proposta pedagógica.

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009).

A criança tem direito à educação infantil, a ser criança e ter sua infância respeitada, com uma educação de qualidade onde seus saberes e sua cultura sejam respeitados e valorizados, para a efetivação dessas premissas é necessário entender o currículo da educação infantil a partir do que se estabelece nas DCNEI.

Também de acordo com as DCNEI em seu Artigo 6º, as propostas pedagógicas que norteiam a educação infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 2009).

O trabalho pedagógico deve ser pautado para o desenvolvimento integral da criança, respeitado as especificidades de cada faixa etária, a etnia, valorizando a cultura, reconhecendo a pluralidade e a diversidade.

Ainda em seu artigo 8º, a Resolução orienta a proposta pedagógica das instituições de educação infantil, com o objetivo de garantir que a criança seja atendida em todos seus aspectos: cognitivos, físicos, sociais e afetivos.

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL, 2009).

Ressalta-se que as práticas pedagógicas desenvolvidas na educação infantil têm em seus eixos norteadores as interações e brincadeiras, trazendo em suas orientações quais experiências podem ser oportunizadas para as crianças. Acerca do planejamento e organização das práticas pedagógicas cotidianas, no sentido da ampliação dos conhecimentos, são doze os incisos do artigo 9º das DCNEI que trazem essas orientações:

I - Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II - Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

IV - Recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;

V - Ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI - Possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

IX - Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

X - Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

XII - possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos (BRASIL, 2009).

As práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras na educação infantil visam aprendizagens significativas para as crianças, respeitando as individualidades, estimulando a criatividade, a autonomia, as interações sociais e oportunizando vivências que enriqueçam a infância.

Diferentemente de outras etapas da educação, as instituições de educação infantil devem criar procedimentos para o acompanhamento pedagógico das crianças e avaliações de seu desenvolvimento, no entanto a avaliação não deve ter por objetivo a retenção ou promoção, pois deve ser contínua, visando observar o desenvolvimento das crianças, como ela se relaciona com seus pares e professores. Os procedimentos avaliativos devem garantir:

I - A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - A não retenção das crianças na Educação Infantil. (BRASIL, 2009).

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, um direito da criança, ao final dessa etapa espera-se que as crianças tenham vivido experiências,

ampliado seus conhecimentos, adquirido competências pertinentes à infância e que, principalmente, sejam respeitadas em ser criança.

A educação infantil se caracteriza por muitas mudanças que ocorrem na infância, à criança começa a falar, cada vez mais amplia seu vocabulário, na parte motora vai do engatinhar ao andar, dentre outras aprendizagens que impulsionam o seu desenvolvimento nas diferentes dimensões. São muitas as mudanças que ocorrem a partir das interações sociais e muitas dessas interações acontecem na educação infantil.

A professora e a criança têm um vínculo muito forte que é construído diariamente, a professora busca surpreender seus alunos, conquistar a atenção, dessa forma despertando seu interesse nas aulas, esse vínculo é cheio de afetividades e ludicidade. As brincadeiras, brinquedos e jogos são parte da prática pedagógica na educação infantil, são recursos pedagógicos muito importantes, pois permitem à criança o brincar, sendo nos momentos de brincadeiras que a criança se desenvolve com maior intensidade, é nesses momentos que ela vivência e experimenta o mundo a sua volta, é onde ela desenvolve suas potencialidades.

O lúdico está presente na vida de cada criança através da ludicidade, ela explora o mundo das brincadeiras.

Brincar é sem dúvida uma forma de aprender, mas é muito mais que isso. Brincar é experimentar-se, relacionar-se, imaginar-se, expressar-se, negociar, transformar-se. Na escola, a despeito dos objetivos do professor e do seu controle, a brincadeira não envolve apenas a atividade cognitiva da criança. Envolve a criança toda. É prática social, atividade simbólica, forma interação com o outro. É criação, desejo, emoção, ação voluntária. (FONTANA; CRUZ, 1997, p. 115).

A criança aprende brincando, é o exercício que faz desenvolver suas potencialidades. É inegável o fato de que as crianças necessitam das brincadeiras e dos jogos para aprender de forma descontraída. Os jogos são muito importantes para o desenvolvimento das crianças, vêm ao encontro do aluno como um todo, pois cada vez mais se percebe que os jogos e brincadeiras são momentos preferidos das crianças.

As crianças gostam de jogar, gostam de brincar, é nos jogos e brincadeiras que elas buscam compreender o mundo a sua volta, elas trazem para um jogo, para uma brincadeira suas dúvidas, sua forma de ver o mundo a sua volta.

O lúdico é um jeito diferente de educar, porque traz elementos do dia a dia dos alunos associados ao prazer. Quando a criança está brincando espontaneamente, mostra seus sentimentos, medos, curiosidades, interesses e necessidades. Não só os conteúdos ensinados se tornam interessantes, porque vêm acompanhados de linguagens diferentes – música, desenho, dança -, como esse momento se torna uma forma de conhecer seu perfil afetivo, social e econômico. (DUPRAT, 2014, p.24).

Assim, qualquer atividade dirigida e orientada visa a um resultado e possui finalidades pedagógicas. Portanto, a ludicidade, como recurso pedagógico, tem objetivos educacionais a atingir. “Hoje a imagem da infância é enriquecida também com o auxílio de concepções psicológicas e pedagógicas, que reconhecem o papel de brinquedos e brincadeiras no desenvolvimento e na construção do conhecimento infantil. (KISHIMOTO, 2006, p.21).

A ludicidade quando utilizada como um recurso pedagógico, pois a auxilia no desenvolvimento das crianças, sendo assim, a ludicidade se torna um elemento fundamental para a educação infantil, onde é possível demonstrar a evolução do ser humano em suas interações sociais, culturais e motoras, através da brincadeira e do momento lúdico em si.

Desse modo, cabe à professora de educação infantil, ao planejar as práticas cotidianas, trazer os jogos e as brincadeiras como um recurso pedagógico visando à aprendizagem, aliado ao brincar, o que exige uma formação e atuação profissional adequada.

3. DESAFIOS ATUAIS DA PROFISSÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para ser professora de educação infantil a formação adequada é fundamental, indispensável, um requisito primordial para o atendimento dessa etapa da educação básica. Mas nem sempre foi assim, as pessoas que trabalhavam com as crianças não tinham nenhuma exigência de uma formação adequada. “Por muito tempo o trabalho com crianças pequenas foi desempenhado por pessoas leigas e sem a formação adequada para desenvolver o processo pedagógico destinado a faixa etária com qualidade.” (SOARES, 2017, p. 78).

A formação inicial para atuar na educação infantil está relacionada com a qualidade de ensino, a LDB 9.394/96 define em seu art. 62 que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

O Parecer nº 1/1999 e Resolução nº 2/1999 do CNE. (BRASIL, 1999). Regulamentam a formação em nível médio para atuação docente na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. O Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014. (BRASIL, 2014). Na meta 1, tem como uma de suas estratégias para o atender as crianças de educação infantil com um ensino de qualidade “promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior”. (BRASIL, 2014). A formação da professora, seja em nível médio ou em nível superior, para atuação na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, visam a formação de uma profissional disposta a desenvolver uma ação docente voltada à formação humana, com domínio do conhecimento científico específico, com uma prática pedagógica de forma a desenvolver o trabalho educativo. (SOARES, 2017).

Ser professora é mais que ter um diploma, é um processo de formação contínua, é ser uma eterna acadêmica, pois os conhecimentos ligados à área educacional precisam de uma atualização constante, uma professora nunca deixa de estudar.

A formação do educador deve ser entendida como um processo dinâmico, contínuo e permanente, tendo como base um conhecimento cada vez melhor da criança, conhecimentos psicopedagógicos que o ajudem a compreender melhor as técnicas e destrezas que lhe permitirão uma boa e correta atuação educativa, conhecimentos sociais para adequar melhor a realidade educativa ao contexto socioeducativo. (ARRIBAS,2004, p.32).

A criatividade também é um elemento fundamental para a professora, muitas vezes quando se pensa em jogos e brincadeiras, logo vem à mente aqueles brinquedos e jogos supercoloridos, com muitas peças, e muitas vezes caríssimos, e que muitas instituições não tem os recursos para aquisição. A verdade é que mesmo tendo esses recursos disponíveis, isso não significa que haverá aprendizagens, pois é a professora, enquanto mediadora dos recursos pedagógicos, que promoverá uma aprendizagem significativa para as crianças. Uma professora comprometida e criativa, não necessariamente precisa dos jogos mais caros e da moda para trazer o lúdico para a sua turma, para mediar situações de aprendizagem, o importante é ser criativo, ter em mente e traçar um caminho que leve ao objetivo final, que é a aprendizagem das crianças.

Nas palavras de Almeida:

O professor sozinho pode tornar um espaço, ainda que pobre de recursos, em um rico ambiente educativo; no entanto, um rico espaço pode ser também um paupérrimo ambiente educativo. Material sozinho não funciona. Ele precisa ser humanizado. Ele precisa vir para dentro da vida do conhecimento que se busca. (ALMEIDA, 2003, p. 23).

A professora de educação infantil tem em suas mãos um mundo riquíssimo de possibilidades, de criar laços, afetos, vínculos com as crianças, sendo nessa etapa da educação onde as crianças oferecem seu afeto inocente, sem outras pretensões, é afeto e carinho em sua forma mais pura.

[...] é fundamental que, desde os primeiros momentos da existência, a criança se encontre em um meio rico e estimulante. Rico em vivências afetivas, que lhe ofereçam um âmbito adequado para a aquisição de uma segurança básica sobre a qual assentar o autoconceito e o crescimento da personalidade. Estimulante de maneira que as interações pessoais e com o meio físico lhe ofereçam a oportunidade de experiências de descoberta que permitam ir estruturando as bases de seu conhecimento do mundo e de seu progressivo avanço cognitivo. (Arribas, 2004, p. 35).

Entretando, a formação docente deve ir além do acesso aos conhecimentos específicos para a atuação da professora, ela deve promover a articulação entre os saberes teóricos e práticos e a reflexão crítica sobre as práticas cotidianas. Nas palavras de Paulo Freire,

na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (FREIRE, 2015, p. 21).

Ser professora é um desafio constante, independente de qual etapa atue, cada etapa tem suas especificidades, seus desafios, suas dificuldades e suas recompensas. O ser professora de educação infantil é ser aquela que está presente nas descobertas do mundo que a criança faz ver as suas primeiras palavras, primeiros passos, ser aquela quem participa desse mundo cheio de novos desafios.

Os desafios para a docência na educação infantil envolvem muitos aspectos, dentre eles, a feminização do trabalho docente que se deve ao fato de ser uma das primeiras profissões em que a sociedade aceitou as mulheres, não por sua capacidade intelectual, mas sim por associar que a natureza feminina, materna, dócil e afetiva das mulheres cumpriam bem o papel de cuidar e eventualmente educar as crianças. Esse aspecto também se relaciona a outro desafio, que é a formação inadequada das professoras de educação infantil, pois, muitas vezes a formação específica não era exigida para a função, bastava ser mulher.

São esses, entre outros aspectos, que contribuíram para a desvalorização da identidade profissional e da docência. As professoras, principalmente no que se refere à atuação docente na educação infantil têm travado uma luta incansável pelo reconhecimento e valorização da profissão, uma vez “que não basta ter dom, mas, sim, que são imprescindíveis conhecimentos e engajamento político para lutar por melhorias para a categoria profissional.” (MASSUCATO; AZEVEDO, 2012, p. 153).

A identidade docente passa também pelas lutas de seus direitos, pela melhoria de salário, condições de trabalho e valorização profissional. A luta está intrínseca na docência, já é algo histórico. Nesse sentido, mais uma vez se destaca a contribuição de Paulo Freire com essa reflexão:

A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente,

enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte. O combate em favor da dignidade da prática docente é tão parte dela mesma quanto dela faz parte o respeito que o professor deve ter à identidade do educando, a sua pessoa, a seu direito de ser. (FREIRE, 2015, p. 65).

A docência não pode ser romantizada, como um dom, é uma profissão que deve ser valorizada por toda a sua relevância que tem para a sociedade, afinal é pelas mãos das professoras e dos professores que passam todos os futuros profissionais. Essas professoras e esses professores devem ter consciência de sua importância na sociedade, buscar pela qualidade educacional e lutar pelo seu reconhecimento e valorização. Todavia, dado o limite deste trabalho, os aspectos aqui destacados e que evidenciam um retrato de alguns desafios da profissão docente na educação infantil, devem ser melhor investigados e objeto de atenção em outras pesquisas.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou elementos para a reflexão e discussão sobre os fatores que influenciaram a identidade das professoras de educação infantil, sobretudo em relação à feminização do trabalho docente e os desafios da atuação docente. Ser professora é um desafio constante, seja qual for a etapa de educação, mas ser professora de educação infantil tem suas peculiaridades, não pode ser considerada uma tarefa simples, ser professora é enfrentar desafios diários, nem sempre ter o trabalho reconhecido e, por vezes, mal remunerado. Ser professora é sempre estar estudando e buscando atualizações no campo pedagógico.

Para uma melhor compreensão dos desafios da docente que atua na educação infantil se fez necessário analisar a história da educação infantil e a identidade profissional construída historicamente acerca da atuação docente na educação infantil.

A profissão docente é muito importante, é um dos alicerces da educação. A educação não se faz sozinha, não é só responsabilidade do Estado e das instituições educacionais, é um conjunto de ações e responsabilidades de vários setores e um dos elos fundamentais é a professora, é ela que enfrenta diariamente os desafios da docência. Em qualquer etapa educacional a professora é importante, indispensável, considerando que cada etapa tem suas especificidades e a professora deve trabalhar com essas especificidades.

A educação infantil é um direito da criança, pois o seu desenvolvimento é pautado dentro de um trabalho pedagógico que deve ser intencional e planejado, visando ao desenvolvimento integral. Além da garantia da matrícula, as crianças têm direito assegurado a uma educação de qualidade. Mas nem sempre foi assim, o cuidar das crianças por muito tempo foi com cunho assistencialista, esse pensamento atrasou políticas públicas efetivas para a educação infantil.

Foi um longo caminho até a educação infantil ser entendida como algo essencial à criança, um direito, por meio do qual as crianças possam ser atendidas na perspectiva do seu desenvolvimento integral, nas dimensões física, social, cultural, afetiva e cognitiva. No ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, foi garantida a inclusão da creche e pré-escola no sistema educacional.

Por meio da revisão bibliográfica pudemos constatar que o magistério, historicamente, é visto como uma profissão para mulheres, uma extensão da sua natureza dócil, materna e sensível. Esse fato se explica pelo magistério ter sido uma das primeiras profissões em que as mulheres puderam exercer na sociedade. A desvalorização da profissão docente ainda é muito latente na sociedade, principalmente na educação básica, fato esse ainda bem visível na educação infantil, quando ainda ouvimos o termo “tia” para se referir às professoras. Sobre as professoras serem chamadas de “tia”, Paulo Freire afirma que ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa militância, certa especificidade no seu cumprimento enquanto ser tia é viver uma relação de parentesco. (FREIRE, 1997, p. 9). Destaca-se em sua obra o compromisso que o exercício da docência deve ter com uma educação de qualidade e significativa, com protagonismo do aluno e suas vivências, promovendo a articulação entre os saberes teóricos e práticos e a reflexão crítica sobre as práticas cotidianas

As mulheres são a grande maioria no exercício da docência, principalmente na educação básica, fato esse que repercute nas políticas públicas as etapas e modalidades de ensino que oferecem maior remuneração têm uma maior presença masculina. A verdade é que não é difícil de explicar a feminização do magistério, pois ela ainda está relacionada a estereótipos que estão muito presentes na sociedade relacionados ao gênero, o homem como o racional e a mulher a emotiva, a afetiva, a maternal. Nesse sentido o magistério fica a cargo das mulheres, pois demanda de cuidados, do educar, sendo assim vista como uma profissão para mulheres.

A educação infantil é uma etapa peculiar, em que as professoras dessa etapa educam e cuidam, com um planejamento pautado na ludicidade, brincadeiras e jogos, é fato que as crianças aprendem brincando, sendo papel das professoras desenvolverem um trabalho pedagógico voltado para o desenvolvimento integral da criança, respeitadas as especificidades de cada faixa etária, a etnia, valorizando a cultura, reconhecendo a pluralidade e a diversidade.

Para concluir é necessário destacar que o magistério, apesar da ampla maioria ser de mulheres, não pode ser definido como uma profissão de mulheres, mas sim de profissionais competentes que estudaram, se dedicaram e que têm compromisso com sua profissão, como deve ser em qualquer outra profissão. As

professoras devem lutar pela qualidade educacional, pelo reconhecimento e valorização dessa profissão que é a base de qualquer sociedade.

Assim, considera-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois, a educação infantil é, acima de tudo, um direito da criança e, uma educação de qualidade, visando a formação integral, exige a atuação de profissionais com formação adequada, a partir do currículo específico para a educação infantil.

Diante das evidências em torno da existência de desigualdade de gênero e salarial na profissão docente, as professoras têm direito e devem lutar pela valorização profissional, sendo questões pertinentes a luta por formação inicial e continuada com qualidade e por melhorias para a categoria profissional, como salários mais justos e planos de carreira.

Todavia, esta pesquisa, de caráter bibliográfico, não teve por intencionalidade esgotar e aprofundar o tema, o que exigiria a utilização de outra metodologia de pesquisa. A partir das ideias aqui expostas, pretende-se lançar questões e reflexões a partir da pergunta norteadora e que também podem ser objeto de atenção em outros trabalhos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Simone Santos; FELIPE, Jane.; CORSO, Luciana Vellinho. (ORG.) **Para pensar a educação infantil em tempos de retrocessos: lutamos pela educação infantil.** – Porto Alegre: Evangraf, 2017.

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação: a paixão pelo possível.** São Paulo: UNESP, 1998.

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.96, 71-78, fev., 1996.

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos.** São Paulo, SP: Loyola, 2003.

ARAÚJO, Márcia Baiersdorf. **Ensaio sobre a aula: narrativas e reflexões da docência.** Curitiba: Ibpex, 2010.

ARRIBAS, Teresa Lleixà. **Educação infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar.** 5a ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BARBOSA, Ivone Garcia et AL. A educação infantil no PNE Novo plano para antigas necessidades, 2014. Disponível em <<https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/12755/5/Artigo%20-%20Ivone%20Garcia%20Barbosa%20-%202014.pdf>> acesso em 04 abr. 2022.

BITTAR, Mariluce; **Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil.** In: **Educação infantil, política, formação e prática docente.** Campo Grande, MS: UCDB, 2003.

BRASIL. Lei 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996. **Diário Oficial da União,** Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 Dez. 1996. Disponível em <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>> Acesso em 02 abr. de 2022.

BRASIL, Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação **Câmara de Educação Básica.** Resolução Nº 5, DE 17 de Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf> Acesso em 21 abr 2022.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de Outubro de 2020.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192> Acesso em 17 jun de 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil /** Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf acesso em 15 mai. de 2022.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 09 jun. de 2022.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de Novembro de 2009**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm> Acesso em 17 de jun de 2022

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. Plano Nacional de Educação. **Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em 17 jun. 2022.

CARTAXO, Simone Regina Manosso. **Pressupostos da educação infantil**. Curitiba: Intersaberes, 2013. – (Série Fundamentos da Educação).

CASTRO, Fernanda Francielle. **O giz cor-de-rosa e as questões de gênero: os desafios de professores frente a feminização do magistério**. Disponível em <<http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1045/1/FernandaFrancielle.pdf>> acesso em 11 mai. De 2022.

CORRÊA, Bianca Cristina. Educação infantil. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (org.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

DUPRAT, Maria Carolina. **Ludicidade e educação infantil**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

FONTANA, Roseli; CRUZ, Nazaré da Cruz. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho D'Água, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

KISHIMOTO, Tizuko Morshida (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 9ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

KRAMER, Sônia. **A política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1982.

KUHLMANN, Moysés Jr. **Histórias da educação infantil brasileira**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 30 jun. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MASSUCATO, Jaqueline Cristina; AZEVEDO, Heloísa Helena Oliveira de. **Identidade da educação infantil e de seus professores: perspectivas de reconstrução**. Seção Temática: Educação Infantil: história, políticas e perspectivas. Revista de Educação PUC Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/1004/981>> . Acesso em 17 jun. 2022.

MENDES, Sarah de Lima. **Tecendo a história das instituições do Brasil infantil**. Disponível em :<<https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/6685/5206>> Acesso em 22 abr 2022.

NOVAES, Maria Eliana. **Professora Primária: mestra ou tia**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1991.

OLIVEIRA, Raiza Fernandes Bessa de. **Saberes e fazeres de uma professora de bebês na Educação Infantil**. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154927>> Acesso em: 06 de Abr. de 2022.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Creches: Crianças, faz de conta& Cia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado. **A história da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>> acesso em: 22 abr 2022.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3. ed. rev. atual Curitiba: IBPEX, 2007.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. **Educação Infantil; práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

SARMENTO, Manuel Jacinto; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos. **Infância (IN) visível**. Junqueira e Marin editores, 2007.

SOARES, Kátia Cristina Dambiski; **Sistema de ensino: legislação e política educacional para a educação básica**. Curitiba, intersaberes, 2017.

TEIXEIRA, Karyn Liane. **O universo lúdico no contexto pedagógico**. (Livro Eletrônico) Curitiba: InterSaberes, 2018.

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180.

VILARINHOS, Pedro Menezes. Atratividade e gênero da carreira docente no Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019, p. 17.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto, **O que pensam professoras de educação infantil sobre a feminização da profissão docente?** 30.^a Reunião Anual da ANPEd. Caxambu, 2007. Disponível em <<https://www.anped.org.br/biblioteca/item/o-que-pensam-professoras-de-educacao-infantil-sobre-feminizacao-da-profissao-docente>> acesso em 05 abr. 2022.